

JOACI PEREIRA FURTADO

**REVOLTA DE
CARRANCAS**
O SILÊNCIO AO REDOR

ILUSTRAÇÕES
Francisco S. Neto

PREFÁCIO
Rodney William Eugênio

ENGLISH VERSION BY
Bruno Bortone Campos



Copyright © 2024 by Editora Madamu

Editores

Marcelo Toledo e Valéria Toledo

Projeto Gráfico

KOPR Comunicação

Impresso no Brasil. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Todos os direitos desta edição são reservados à Editora Madamu

Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP

CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497

www.madamu.com.br | leitor@madamu.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

F992r Furtado, Joaci Pereira

Revolta de Carrancas: o silêncio ao redor. Joaci Pereira Furtado.
1.ed. — São Paulo: Madamu, 2024.

Inclui referências bibliográficas

ISBN 978-65-86224-54-2

1. Brasil - História. 2. Brasil - Império. 3. Ensaio. 4. Escravidão.
I. Título.

CDU 981

Elaborado por Simone Cadengue Ladislau – CRB-8/6350

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil – História
2. Brasil Império
3. Ensaio
4. Escravidão

À memória da vida e da morte
de Ventura Mina.

*A vários títulos, a colônia é um lugar onde
não é permitido ao colonizado falar de si.
Esta negação da palavra relaciona-se com
o confinamento do colonizado na esfera
da aparição nua: quer como refugio e resíduo,
quer como esvaziado de qualquer conteúdo,
aquele cuja vida, desprovida de outro significado
que não o outorgado pelo senhor, só tem valor direto
devido à sua aptidão para o lucro.
O corpo do colonizado deve tornar-se o seu túmulo.*

Achille Mbembe

PREFÁCIO

Vovô, não fique triste. Vou lembrar aqueles tempos. Mas vou contar outra história, e vou contar do nosso jeito. É sobre o “13 de maio”. Não aquele da princesa. É sobre um legado de luta e sobre o ódio que fermentava no cativeiro. Vou falar de negro valente. Vou fundo, vou longe e vou dizer, meu velho, que a revolta forjou nosso povo e nos ensinou a escrever com sangue aquilo que livro nenhum contou. Não vivi pra ver, Vovô, mas bem me lembro de cada sol, de cada som, de cada grito. Ecoa em mim o sal do mar, do suor e das lágrimas, o amargo do cafezal e do canavial e a dor da chibata. Mas o que me marca mesmo é a resistência.

De lá pra cá, Vovô, fui aprendendo na ginga que, enquanto a boca canta, o corpo fala. Dançam pernas, braços e olhares. Conversam e tramam na língua que senhor nenhum entende. “É hoje, Camará!” Mandinga de preto se faz na surdina. Pisa leve e bate forte. De nós, ninguém teve pena. De nós, ninguém teve dó. Não é vingança, meu velho, é justiça. Um ensinamento ancestral diz que nada é sobre o

ato, mas sobre tudo que vai se contar a respeito dele. Então, Vovô, pouco importa que sejam muitos pra derrubar. Os filhos dos filhos deles vão saber que os pais dos nossos pais não se deixaram escravizar. O arco retesa, mas é pra frente que a flecha se lança.

Cante aí, Vovô: “No nego você não dá”. Aprendi, meu velho, e vou ensinando. Eles nos matam todos os dias, mas quem disse que a gente morre? E naquele 13 de maio não havia princesa. Só a revolta eclodia do olhar firme, do braço pesado e da pernada certa. Ao tomar o chão de Carrancas fizeram explodir um grito de liberdade por séculos e séculos. A história oficial não dirá que venceram, mas sucumbir é um detalhe ínfimo diante da grandeza da insurgência. Vitória é o que se deixa quando se morre na luta. Quem eram os negros de 1833? Os mesmos de 1694. Os mesmos de 1798. Os mesmos de 1804. Os mesmos de 1835. O mesmo povo negro.

O que nos contaram sobre Palmares, Búzios, Haiti ou Malês? O que nos contaram sobre Carrancas, meu velho? Se não fossem nossos mocambos, terreiros e quilombos, o que saberíamos? Com semba ou com samba, rezando com o corpo, se aprende mais da vida do que na escola. É um irmão, um malungo, que na lida do dia a dia, entre um visungo e outro, faz perceber na pele o dom que vibra. Sentir é o verbo, é a ação que pulsa e impinge nossas estratégias de sobrevivência. A verdade, Vovô, é que numa roda de capoeira tem ciência e tem mistério.

Há quem diga que pesquisar sobre o negro é a única forma de entender e explicar o Brasil.

Nessa perspectiva, Vovô, tornar-se objeto de estudo foi o que nos restou. Mas o que escreveram sobre nós? Que culpas nos impuseram? Que heranças nos negaram? Ao reduzirem fatos e personagens históricos a simples episódios e biografias, tiraram dos sujeitos a possibilidade de construir identidades sólidas e heroicas, inculcando a ideia de submissão e passividade naqueles cuja opulência, regida pela coragem, emprestaria aos movimentos por libertação o tom da revolução e do poder.

Numa encruzilhada, meu velho, entre as vias da História e da Memória, soou o berimbau de Mestre Joaci. Cantou uma toada marcada a foice e a porrete, contando a trama do “13 de maio”. Não aquele da princesa. Um outro 13 de maio. No couro do atabaque, no toque do barravento (“Eh! Viva meu mestre, Camará”), vai exaltando a coragem do negro Mina, honrando os netos de Ventura. Vai me ensinando a dançar.

Rodney William Eugênio

Babalorixá e antropólogo, mestre em Gerontologia e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP



Em 1833 o Brasil era um país estranho na América. Único de língua portuguesa, era também a única monarquia, com os mais extensos território e litoral atlântico do continente. Foi igualmente único na forma pela qual se tornou independente: quem encabeçou sua emancipação, em 1822, foi o então príncipe herdeiro do trono de Portugal, d. Pedro. Este, por sua vez, estava onde estava por uma razão não menos inusitada: a capital do pequeno reino ibérico, com toda a sua corte, se instalara no Rio de Janeiro em 1808, fugindo das tropas napoleônicas que ocuparam Lisboa em novembro de 1807. Nunca, em toda a história da humanidade, a sede de um domínio colonial se deslocara para uma de suas colônias. Mas, quando a família real portuguesa aportou no subcontinente sul-americano, o Brasil deixou a condição de gigantesca extensão colonial para se tornar o centro do maior império do Atlântico Sul – o que incluía, do outro lado do mesmo hemisfério oceânico, o estratégico Estado da África Ocidental, hoje Angola.

A fuga da realeza lusitana, escoltada pela Marinha britânica, não foi apenas uma forma de salvá-la da humilhação ou de um destino talvez mais cruel sob o mando de Napoleão Bonaparte – desde 1804, autoproclamado “imperador dos franceses”. Escapar para o Rio de Janeiro foi a solução mais viável que o príncipe regente de Portugal, d. João, encontrou para preservar sua monarquia e o poder dela sobre quase metade da América do Sul – área cobiçada pela poderosa Grã-Bretanha, sua incontornável aliada. Para a maioria da elite de fazendeiros, mineradores e comerciantes que desde o século XVI explorava essas terras não poderia haver melhor negócio: a Corte, não mais um ente distante na velha Europa, poderia ser a sócia que a favoreceria no rearranjo político e econômico que a nova situação inevitavelmente provocava. Não por acaso, a exótica situação de uma secular monarquia europeia transplantada para os trópicos perdurou até abril de 1821, quando o agora rei d. João VI foi forçado, por uma revolução liberal em Portugal, a regressar a Lisboa, deixando no governo do Brasil o seu filho e herdeiro, aquele mesmo que lideraria a emancipação do país quase um ano e meio depois. Enquanto isso, a América espanhola, domínio ainda mais vasto que o de Portugal, que atravessava o continente de Norte a Sul, fragmentava-se em repúblicas – ou em efêmeras tentativas de monarquias –, ardendo em guerras pela independência: do México ao Chile, do antigo império

colonial originariam ao menos catorze Estados nacionais, ao longo da primeira metade do século XIX.

As idiosincrasias do recém-nascido Império do Brasil se explicam, em boa medida, por uma característica que marcaria sua história desde que, aos poucos, a ex-colônia se fez país: nele, a partir de então, as mudanças políticas ou sociais nunca se dariam por rupturas bruscas ou radicais. Muito pelo contrário, é notável em sua história a coesão de seus potentados, atuando diretamente ou não na política, sobretudo quando se trata de mudar sem transformar, o que faz parecer “natural” que à longa estada de d. João VI sucedesse o reinado de d. Pedro I. Essa aparente naturalidade, entretanto, ocultava a motivação convulsiva a singularizar a personalidade política da jovem nação. Motivação que superava diferenças regionais e divergências de interesses, unificando a aristocracia fundiária e mercantil egressa da colônia em torno do ex-príncipe português, agora imperador, que capitaneou a independência e a instauração do Estado brasileiro: a escravidão africana.

A população nativa, formada por povos seminômades falando mais de duas centenas de idiomas e estimada em 2,4 milhões de pessoas, quando os portugueses começaram a ocupar o que viria a ser sua colônia sul-americana, foi sendo dizimada por guerras e epidemias trazidas pelos europeus, dentro daquilo que se tornou o maior e mais longo genocídio da história da humanidade, perpetrado no continente americano desde o Alaska até a Terra do

Fogo. Idiomas deixaram de ser falados porque todos os falantes da língua haviam sido exterminados, já no início da colonização. A extinção de povos inteiros na América Central e no Caribe horrorizou contemporâneos europeus das primeiras décadas da “conquista” que inclusive participaram dela, como o irrequieto frade dominicano espanhol Bartolomé de las Casas (1474-1566). Na América portuguesa, com a introdução da cana-de-açúcar em meados do século XVI, os nativos – chamados de “negros da terra” – passaram a ser capturados em “guerras justas” e foram a principal mão de obra escravizada até cerca de 1630, quando os africanos se tornaram maioria. Economicamente desinteressante, a escravização de indígenas na zona de exploração portuguesa da América seria abolida pouco mais de 120 anos depois, entre 1755 e 1758 – não sem muitas disputas em torno dessa mão de obra, opondo colonos e Igreja (particularmente a Companhia de Jesus).

Nenhuma colônia ou nenhum país do mundo importou mais escravizados da África que a América portuguesa e o Brasil. A nova monarquia manteve intacta a herança colonial, que desde a década de 1560 importou essa força de trabalho para manter a produção ou a exploração, em larga escala, daquilo que interessava ao mercado consumidor europeu e ao enriquecimento do reino colonizador: açúcar, ouro, diamante, algodão, tabaco, cacau, café. Não havia sequer um canto desse território sul-americano ocupado pelos portugueses e seus descendentes, seja

na colônia, seja no Império do Brasil, onde a mão de obra escrava não estivesse labutando: dos canaviais às minas, dos pastos às moendas, das oficinas às cozinhas, dos matadouros às lojas, dos teares às tropas de mulas, do comércio ambulante às obras públicas. O afluxo de africanos a esse território, que totalizou 4,8 milhões de pessoas dos séculos XVI ao XIX, foi de tal proporção que, de 1500 a 1850, de cada cem pessoas que nele desembarcaram (ou foram desembarcadas), 86 eram jovens adultos, mais homens que mulheres, capturados, vendidos, comprados e traficados como escravos, trazidos desde a baía do Benin, do golfo de Biafra, do centro-oeste africano, de Angola, do Senegal, do golfo da Guiné, de Moçambique.¹ O trânsito das embarcações levando milhões de pessoas da África para o cativeiro nas Américas em condições desumanas foi tão intenso que alterou a rota de cardumes de tubarões no Atlântico, alimentados por cadáveres dos que não resistiam à travessia.²

Nem as crescentes e belicosas pressões da Grã-Bretanha contra o tráfico internacional de escravos, proibido por ela no Atlântico Norte em 1807, desbarataram o intenso fluxo – e o lucrativo negócio – de navios negreiros entre a África e o Brasil. O país aumentou a importação de africanos escravizados mes-

1. Luiz Felipe de Alencastro, “África, números do tráfico negro”, in: Lília Schwarcz e Flávio Gomes (org.), *Dicionário da escravidão e liberdade*, p. 57-63.

2. Marcus Rediker, “History from below the water line: Sharks and the Atlantic slave trade”.

mo tendo acatado, em 1826, como condição para o reconhecimento de sua independência pela Coroa britânica, o prazo de três anos para abolir a importação de cativos. O tratado foi ratificado em 1827 e o prazo, estendido até 1830. Em aceno diplomático a Londres, o governo brasileiro aprovou, em novembro de 1831, lei que tornava livres todos os escravizados que desembarcassem em seus portos – exceto fugitivos e tripulantes de navios estrangeiros cujos países também fossem escravistas. O efeito imediato da medida foi a acentuada diminuição do tráfico negreiro: daquele ano até 1835 foram introduzidos no país, agora ilegalmente, 26.095 cativos, enquanto entre 1826 e 1830 esse número havia sido de 292.684. Porém, de 1836 a 1840, o tráfico saltou para 201.140 novos escravos, e permaneceu contínuo até sua efetiva extinção (do tráfico internacional, não da escravidão), em 1850.

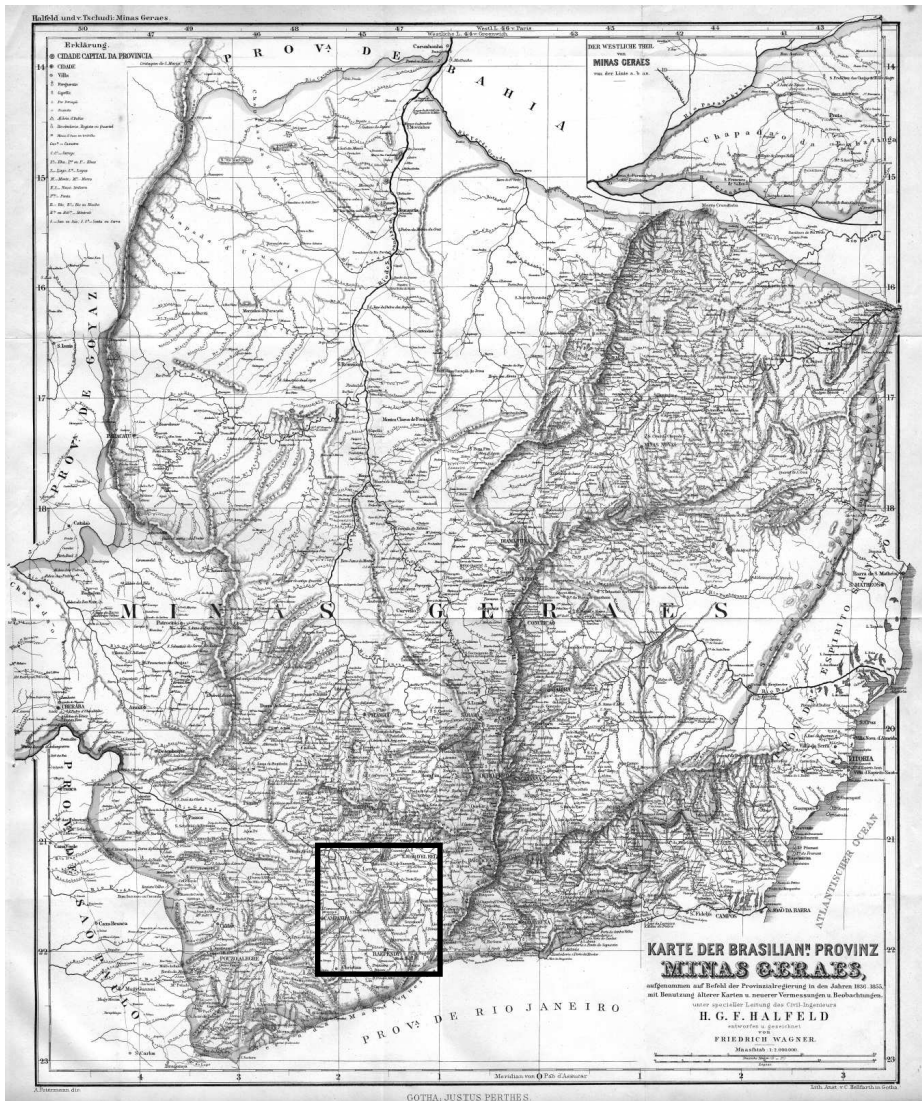
Em 1833, pois, o Brasil era um país estranho na América.

Governada por portugueses ou seus descendentes diretos, que constituíam a minoria branca, a tenra monarquia tropical era o maior país negro fora da África. Monarquia que, naquele ano, encontrava-se em meio a intrincadas disputas políticas decorrentes da abdicação de d. Pedro I. O imperador, tido por setores das elites como excessivamente centralizador, cedeu às pressões e renunciou ao trono em favor de seu filho, também Pedro – uma criança então com cinco anos. Em abril de 1831, a bordo de embarcação britânica, o ex-monarca regressou à Eu-

ropa, sendo interinamente sucedido por “regentes” até que o herdeiro atingisse a maioria – o que aconteceria artificialmente, num golpe parlamentar liberal, em julho de 1840.

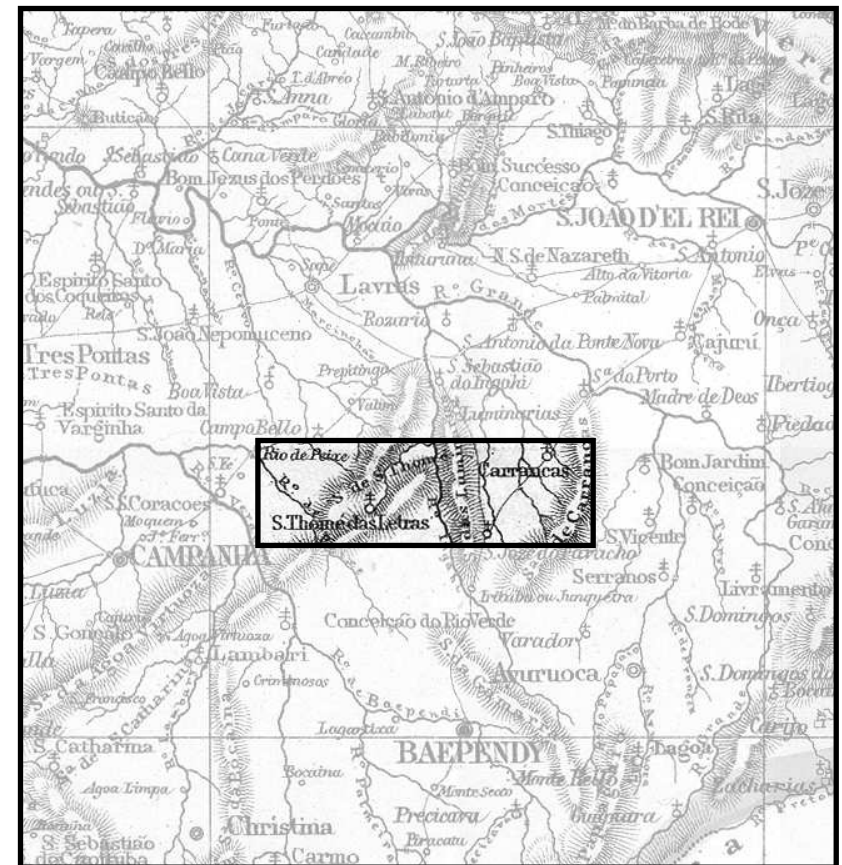
Esse decênio foi um dos mais agitados da história do Brasil, inclusive com tentativas de fragmentação de seu gigantesco território. Uma delas, chamada Revolução Farroupilha, a mais renitente, proclamou-se como república em 1836, no extremo-sul do país, e seria derrotada somente nove anos depois. Rebeliões similares ocorreram no Norte, no Nordeste e no Sudeste do país – regiões onde, tal como no Sul, as elites locais se sentiam preteridas ou prejudicadas pelo centralismo do Rio de Janeiro, onde prevaleciam as opulentas oligarquias agrárias e mercantis da capital imperial e das províncias de São Paulo e Minas Gerais, que também não eram monolíticas.

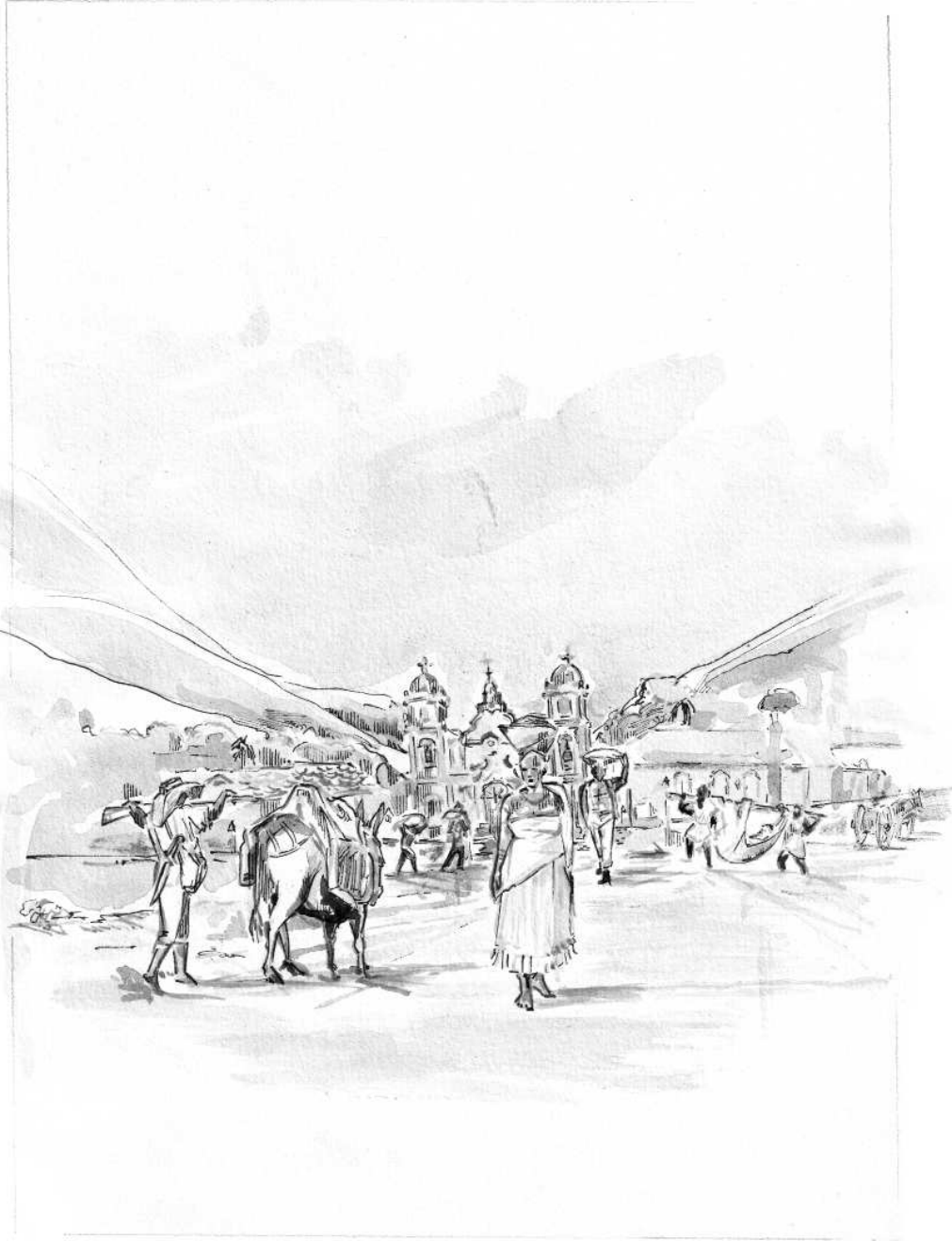
Todas essas insurgências, que configuraram o estado de guerra civil no país, contaram, em maior ou menor volume, com a participação de negros e mestiços, escravos ou libertos, cooptados por lideranças brancas locais no complexo jogo de interesses entre as oligarquias regionais e as preponderantes, representadas pelo governo regencial. Duas, porém, foram exclusivamente de escravizados, em afronta explícita à forma de organização do trabalho que os faziam propriedades de seus senhores: a Revolta dos Malês, de africanos islamizados, na cidade de Salvador, e a de Carrancas, no interior da província de Minas Gerais. Esta última é a razão pela qual este texto existe.



Die brasilianische Provinz Minas Geraes : Originalkarte nach den offiziellen Aufn. des Civil-Ingenieurs H. G. F. Halfeld, 1836-1855 unter Benutzung älterer Vermessungen und Karten gezeichnet von Friedrich Wagner. Beschreibender Text von J. J. von Tschudi, Gotha, Justus Perthes, 1862, p. 42.

Na página oposta, a região de Carrancas e São Tomé das Letras em destaque.





Nas poucas cidades daquela região da extensa província, chamadas “vilas”, cujos habitantes dificilmente chegavam a vinte mil, a modorra das ruas com certeza era interrompida por pregões de alguns vendedores ambulantes oferecendo frangos, peixes, doces, ovos, frutas, legumes e verduras – ou, quem sabe, içá e cambuquira. Na paisagem sonora de um dia comum daquele ano de 1833, nas raras vilas do centro-sul de Minas Gerais, era possível ouvir também, no fim da tarde, acordes de violas de arame acompanhando modinhas anônimas sobre versos do poeta Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810). Ou o cacarejo de galinhas e grunhidos de porcos criados à solta nas mesmas vias por onde transitavam pedestres, carroças e tropas de mulas. Ou a eloquência de algum papagaio em seu poleiro. Ou cantigas de lavadeiras à beira dos córregos ou

de alguma cozinheira socando arroz no pilão.³ Ou sinos das igrejas, cujos toques, com sua sofisticada gramática de repiques e dobres, podiam suplicar orações pelo bom sucesso de um parto difícil, alertar sobre um incêndio ou uma calamidade, chamar para a missa, convocar o sacristão, anunciar a morte de alguém ou as horas do Angelus.⁴

No campo, onde vivia a maior parte da população, dispersa em grandes fazendas e minúsculos povoados, outras violas podiam ser plangidas durante o descanso laboral ou o ócio senhorial, martelos tinirem sobre pregos e ferraduras, rodas de pesados carros de boi rangerem sulcando as estradas de terra, vassouras raspem terreiros e varandas, monótonos cantos de trabalho aliviarem o esforço da extenuante labuta nas plantações, rocas sussurrarem na paciente lida das fiandeiras, esguichos de leite chiarem nas vasilhas das ordenhas, tropeiros tangerem as mulas a caminho da Corte, cães ladrarem disciplinando o gado cujo mugido se perdia na lonjura dos pastos ou em meio ao grito dos vaqueiros, dedos estalarem e pés baterem marcando a percussão do batuque quiçá celebrando o fim de mais uma jornada. Todos – ou

3. Supõe-se aqui alguma similitude entre a paisagem sonora sul-mineira e a da então pequena cidade de São Paulo, capital da província homônima, conforme a pesquisa musicológica de Anna Maria Kieffer, *São Paulo: paisagens sonoras (1830-1880)*.

4. IPHAN, *O toque dos sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes*.

quase todos – esses sons eram produzidos pela voz de pessoas escravizadas ou pela intervenção direta ou indireta de suas mãos. Por isso, naturalizado entre outros tantos, um som podia integrar e permear tanto a paisagem urbana quanto a rural desse mundo: sempre havia alguém gemendo.

Castigos físicos e humilhantes reprimendas eram triviais no cotidiano de um país escravista. Açoitar cativos em qualquer parte de seus corpos, escrevera Gonzaga – o mesmo dos poemas musicados – em suas *Cartas chilenas* (sátira composta na sede da então capitania de Minas Gerais, no final do século XVIII), era um direito que “Só pertence aos Senhores, quando punem/ Os caseiros delitos dos escravos”.⁵ É plausível, pois, que gemidos e gritos, sob o estalido de tapas, pancadas e golpes de varas, chicotes ou açoites, quando não debaixo do ralhar irritado e de berros impacientes lançados a homens, mulheres e crianças de pele negra sujeitos à posse, ao serviço e ao desejo de seus senhores pontuassem a paisagem sonora de qualquer dia daquele ano de 1833, nessa zona montanhosa da província brasileira onde 40% da população eram escravos.

A facilidade com que dali se chegava ao Rio de Janeiro, cidade em franca expansão cujo município, naqueles tempos, contava cerca de 125 mil habitantes, explica a enorme concentração de cativos em Minas Gerais, especialmente em seu rico e

5. Tomás Antônio Gonzaga, *Cartas chilenas*, p. 66.

exuberante centro-sul, de onde partiam tropas comerciais de mulas levando, para a capital imperial, tabaco, queijo, toucinho, ouro, gado bovino, frango, tecidos de algodão e chapéus de feltro. E para onde as mesmas tropas regressavam, trazendo produtos de fabricação sobretudo portuguesa e inglesa, como chita, rendas, vinho, cerveja, licores, louças, móveis e ferramentas.

Gemidos e estalidos de punições físicas podiam ser mais audíveis em algumas localidades rurais do centro-sul mineiro porque a presença de cativos era proporcionalmente maior que no conjunto da província. Numa delas, entre 1833 e 1835, 61,5% da população – ou 2.494 pessoas – eram de escravizados: a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, administrativamente subordinada à ascendente Vila de São João del-Rei, em cuja jurisdição viviam quase 92 mil habitantes. Em alguns dos distritos que compunham a freguesia, com seus 4.053 moradores, a proporção de cativos era ainda mais elevada: no de Espírito Santo de Carrancas, por exemplo, eles eram 72,4% da população. Apenas num dos distritos, o de Nossa Senhora do Carmo de Luminárias, os indivíduos livres eram mais numerosos que os escravizados: 61%. Essa concentração, porém, se manifestava no nível mais particular e unitário, na singularidade das próprias residências – então chamadas “fogos”: a rotina doméstica ou a produção da maioria de cada uma delas se dava graças aos serviços braçais de mais de três dezenas de

homens, mulheres e crianças que lhes pertenciam. Por isso, no mesmo Espírito Santo de Carrancas, em 1831, 75,6% dos lares arrolavam, entre seus bens, a propriedade sobre mais de trinta seres humanos.⁶

Ainda em 1831 os registros indicavam que a maior parte do contingente de escravizados da freguesia havia nascido na África, evidenciando que a prosperidade da região dependia diretamente do tráfico negreiro internacional a lhe garantir a mão de obra indispensável à multiplicação de suas riquezas: naquele mesmo distrito de Espírito Santo de Carrancas, por exemplo, 61,6% dos cativos eram africanos.⁷ Como em outras partes do país, essa afluência contínua e massiva de falantes principalmente de línguas bantas – sobretudo quimbundo, umbundo e quicongo – inseria na paisagem sonora daquele tempo e lugar não apenas vocábulos isolados, fragmentos de frases ou breves diálogos nesses idiomas, mas a reconfiguração do português, uma forma inovadora e peculiar de pronunciar as palavras e de construir as frases que distanciava a língua de sua matriz europeia inclusive em seus aspectos sintáticos, presentes também na fala informal e doméstica dos brancos. O português falado no Brasil, definitiva e irrevogavelmente, se africanizava.

6. Marcos Ferreira de Andrade, “Rebelião escrava na comarca de Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso de Carrancas”, p. 46-47.

7. *Ibid.*, p. 52.

Imaginem-se, portanto, conforme a hipótese do linguista Marcos Bagno⁸ – e cujos exemplos são replicados aqui –, a provável pronúncia palatizada de “d” e “t”, a supressão das consoantes em final de palavra (*fazê, cantá, amô, sinhô*), os encontros consonantais rompidos por vogais (*fulô/flor, terém/trem, saravá/salvar, parantá/plantar*), a inflexão nas concordâncias de número (*as casa, os menino, meus amigo, essas coisa*) e os pronomes do caso reto em todas as funções sintáticas (“Eu como”, “Leva eu”, “Dá pra eu”, “Vem com eu”) que a lógica do quimbundo (idioma que, ao contrário dos indo-europeus, flexiona o plural, por exemplo, com prefixos, e não com terminações como as em “s”) imprimiu no português brasileiro – a língua geral dos povos africanos em seu cativeiro aqui – falado por Francisco, “pardo” escravizado pertencente a certo Joaquim da Silva Paes, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, em sua denúncia contra uma autoridade religiosa local, em julho de 1831.⁹

A aspepsia da norma culta, empregada pela rebuscada linguagem judiciária, permite apenas – e não mais que apenas – imaginar com que sotaque ou pronúncia e com que construção sintática Francisco teria dito “publicamente que o Vigário Joaquim José Lobo [*de Castro*] o solicitara para fazer insurgir os

8. Marcos Bagno, “O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro”.

9. M. F. de Andrade, op. cit., p. 54-56.

escravos desta Freguesia, insinuando-lhe os meios por que isso se podia efetuar”.¹⁰ Em abril daquele ano, o padre Lobo de Castro foi acusado também pelos “juizes de paz” (agentes judiciais com atribuições semelhantes às de delegado de polícia) da freguesia de promover “um dos maiores atentados”, aliciando “a vários Escravos dos Fazendeiros”, “dizendo-lhes que estão forros e que só faltava sublevarem-se contra seus senhores, e que isto [*se faria*] por ordem do ex-imperador”,¹¹ que abdicara naquele mesmo abril.

O “haitianismo” – o temor da repetição em países escravistas da revolução que resultara no surgimento, em 1804, da primeira nação de ex-escravos do mundo, na ilha caribenha de São Domingos – era muito mais um fantasma a assombrar os pesadelos da aristocracia agrária brasileira que um programa explícito da imensa massa de escravizados, negros e mestiços libertos que então compunha a esmagadora maioria da população do país, ainda que o exemplo vindo do Caribe pairasse sobre inúmeras revoltas e insurgências antiescravistas desde a Conjuração Baiana, em Salvador, entre 1798 e 1799. Já em 1823, para um ilustrado como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), hábil articulador da emancipação do Brasil, para quem a imediata extinção do tráfico negreiro e a abolição gradual da escravidão seriam indispensáveis à formação de uma nação que

10. *Ibid.*, p. 55.

11. *Ibid.*, p. 54.

se pretendesse civilizada, era nítido que a minoria branca do país vivia uma espécie de estado de sítio não declarado, sujeita a repetir a história da república caribenha caso continuasse a importar seus rivais: “Se o mal está feito”, discursou ele na Assembleia Constituinte, “não o aumentemos, senhores, multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos, que nada têm que perder, antes tudo que esperar de alguma revolução como a de São Domingos”.¹²

Com ou sem a referência do paradigma haitiano, nada impedia que a massa escrava do Brasil fizesse a sua própria leitura política das conjunturas – e a que se configurou na década de 1830 era particularmente instável e cindida no interior da elite branca, que há muito falava em “liberdade”. Fundamentado ou não, o boato difundido pelo padre Lobo de Castro soaria bem aos ouvidos dos escravizados – esses que, mais que outros, não só compreendiam o som, mas alcançavam especialmente a extensão semântica da palavra “forro”, outra forma de os brancos dizerem “livre”. E os brancos falavam muito, às vezes sem se importarem com a escuta de quem os ouvia – e menos ainda com as bocas e mentes entre esses ouvidos.

A difusão de boatos, como o da impensável abolição da escravatura decretada por d. Pedro I, foi arma recorrente nas disputas entre facções rivais

12. José Bonifácio de Andrada e Silva apud Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, p. 52.

das elites políticas imperiais, espelhadas localmente. “Boato”, vocábulo de origem latina egressa do universo agrícola, deriva de *bove*, “boi”, e nomeava o estridente mugido do animal. De acordo com os dicionários do tempo, figurativamente o termo significava “Notícia dada em altas vozes”¹³ – ou, numa conceituação mais enfática, “a notícia, ou novidade, que se dá claramente em altas vozes”¹⁴. A fala do padre Lobo de Castro, ele mesmo senhor de cativos, tinha audiência certa – a população escravizada local –, que a traduziu em ações testando os limites das palavras do vigário.

Deve ter sido essa fala que, segundo outra denúncia, convenceu o escravo Jorge a ocultar-se, “com uma faca e um pau de quatro palmos”, sob a cama de seu senhor, o padre Joaquim Leonel de Paiva, vigário do Arraial de Carrancas, sede da freguesia, com a intenção de matá-lo. Surpreendido, preso e interrogado, o homem confessou que havia sido instigado ao crime pelos escravos do tenente Francisco Machado de Azevedo (proprietário de 73 cativos), cunhado do padre Paiva e pai do juiz de paz local, Domingos Teodoro Azevedo (senhor de outros 21), autoridade que também seria assassinada, “sendo o final de toda esta manobra”, diz um relatório judicial, “o ficarem todos forros”. Mas o padre Joaquim José Lobo de Castro,

13. M. F. de Andrade, “A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da ‘lei nefanda’ (10 de junho de 1835)”, p. 272-273.

14. Antônio de Moraes Silva, *Dicionário da língua portuguesa*.

figura bastante influente, não era a única referência – ou “agente secundário”, conforme os dizeres de outro documento – do frustrado motim. Ele dividia a suposta liderança da conspiração com um homem negro livre, com presumível ascendência entre seus iguais, “um miserável crioulo velho forro, de nome Domingos, Procurador da Irmandade do Rosário” – associação religiosa leiga que, desde os tempos da colônia, congregava mestiços, negros e escravizados. Ainda segundo o relatório, o devoto Domingos se encarregara de angariar recursos junto aos cativos da freguesia para o ritual da reza do terço em ação de graças a Nossa Senhora do Rosário pela liberdade conquistada com o assassinato de seus senhores.¹⁵

Deve ter sido com assombro que a elite fundiária da região mais rica de Minas Gerais tomou conhecimento inclusive de outros detalhes da confissão do cativo, que indicavam algo maior e politicamente efetivo que o não raro homicídio de senhores por escravos seguido da fuga dos assassinos. Após matar o padre Paiva, o depoente, que contava com cúmplices, pretendia se juntar a outros amotinados e com eles seguir para o Rio de Janeiro com o propósito de “lá formalizarem melhor a sublevação contra seus Senhores”.¹⁶ “Formalizar melhor” talvez seja a maneira como o agente judicial entendeu a legalização da liberdade que os cativos rebelados queriam ver,

15. M. F. de Andrade, “Rebelião escrava...”, p. 54-56.

16. *Ibid.*, p. 55.

além da vaga promessa de brancos acuados. Esses homens e mulheres de pele negra sabiam que, assim que os reforços chegassem àquela bucólica localidade, onde seus gemidos naturalizaram-se em meio à aprazível paisagem, a forma seria pior.

É o que se presume da reação local, tão logo o boato da fracassada rebelião se espalhou pela Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas. Parte da população que se sentiu ameaçada, “em número considerável” – escreveu o juiz de paz ao presidente da província em 21 de julho de 1831 –, “e no meio de algum desassossego, que todavia não passou às vias de fato, pedia a prisão do Reverendo Vigário, que era notado como cabeça desta Insurreição”.¹⁷ O padre foi mesmo detido e remetido, no dia 20, à mais segura Vila de São João del-Rei. Embora algumas testemunhas não confirmassem sua atuação instigando o levante, o sacerdote havia sido indiciado no crime de conspiração, junto com o velho Domingos, no dia 19. Ambos, porém, permaneceriam pouco tempo presos. Os últimos registros processuais sobre a conjura são de 22 de julho, quando o juiz da vila requereu a remessa, a São João del-Rei, do auto de corpo de delito e de Jorge – réu confesso de um homicídio premeditado, mas nunca consumado. Lobo de Castro, agora livre, permaneceu na freguesia, sendo transferido para o distrito do Saco do Rio Grande, onde, em 1832, com certeza desfru-

17. *Ibid.*

tava de existência abastada, para o que contribuía os serviços de 25 cativos – nove africanos e dezesseis “crioulos” (isto é, negros nascidos no Brasil).¹⁸

Negócios e inserção na vida profana, desde os tempos da América portuguesa, não eram exceções nas trajetórias de padres seculares e mesmo de algumas ordens religiosas. Basta lembrar o caso célebre do arguto, inquieto e eloquente jesuíta português Antônio Vieira (1608-1697). Nas primeiras e conturbadas décadas do século XIX brasileiro, são inúmeros os clérigos atuando no cenário político de Minas Gerais, da Corte do Rio de Janeiro e ainda na de Lisboa. Boa parte desses religiosos era recrutada na própria elite, que assim ocupava com seus familiares o comando de capelas e igrejas que ela mesma erigia no interior da província, na origem de povoações que confinavam com suas terras. De modo que o sacerdócio não era apenas devoção, era também profissão e cargo que não excluía o exercício de outros tantos e muito menos o alinhamento com facções que disputavam o poder – seja localmente, seja na Corte – em cuja estrutura Igreja e Estado se confundiam.

O que pode explicar a presumida incitação do “restaurador” ou “caramuru” Lobo de Castro – partidário do regresso de d. Pedro I ao comando de um Estado robusto e centralizador – ao levante de escravos é sua inimizade política com a família do “liberal” Francisco Machado de Azevedo, defensora

18. Ibid., p. 56.

de uma monarquia reformada e federativa. Ainda que a preservação do escravismo pudesse uni-los, suas voláteis alianças se davam com as forças sociais disponíveis nos embates que travavam contra os opositores. Apesar dos previsíveis riscos, isso incluía a maior delas, ao menos em termos numéricos: os escravizados.

Se, com a pretensão de manipular essas pessoas em favor de seu partido, Lobo de Castro realmente as estimulou a se rebelarem, ou se isso não passou de mera calúnia difundida pelos antagonistas do padre para enredá-lo num crime grave, jamais se saberá. O certo é que a massa cativa da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, também sempre aberta às possibilidades de enveredar pelas estreitas brechas daquele monólito político onde não havia lugar para ela, encontrou uma fresta ao perceber, entre os brancos, as tensas divergências que precederam e sucederam à renúncia do imperador. Essa massa estava, como sempre esteve, atenta aos sons ao redor.